

Editorial

A implantação de grandes empreendimentos no interior do Estado do Rio de Janeiro traz em seu bojo uma reflexão acerca dos modelos de desenvolvimento associados à aceleração do crescimento econômico, advogado muitas vezes como panaceia universal para solucionar os problemas das desigualdades sociais em que está imersa a sociedade da alta modernidade. Nesses tempos de destradicionalização, paralelos a uma quase sacralização da técnica por parte de diversos segmentos sociais; nesses tempos em que convivemos com a aceitação de riscos ambientais associados a arranjos produtivos sustentados pela exploração de recursos não renováveis; nesses tempos de convivência com escolhas e decisões que muitas vezes valorizam o imediato em detrimento do futuro, a questão levantada pelo sociólogo Giddens adquire pertinência renovada: “como viveremos após o fim da natureza e da tradição?”¹

Sabemos que, muitas vezes, os mesmos grandes empreendimentos que dinamizam a economia e são vistos pelos gestores públicos locais como tábuas de salvação para populações em franco processo de desestruturação social podem, ao invés de representar o esperado aumento da qualidade de vida regional, colaborar com o aprofundamento dos abismos sociais, agravamento da crise ambiental, ou, em casos menos graves (?), a expulsão das comunidades tradicionais e/ou a alteração profunda e irreversível dos modos tradicionais de uso e apropriação dos recursos naturais. O risco é de cairmos numa armadilha social, destruindo nossas bases de sustento – a devastação da natureza, apesar da volumosa propaganda midiática que alardeia a importância de reverter o quadro de degradação ambiental em níveis locais, regionais e globais, é cada dia mais presente. Tortura nossa consciência a possibilidade de convivermos com desastres ambientais graves, que possam vir a comprometer todo o nosso tecido social!

Para embasar as reflexões acerca do ambiente da nossa região, este volume do Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego apresenta trabalhos que avaliam os impactos de grandes empreendimentos regionais em fase de licenciamento e/ou instalação: o Complexo Portuário do Açú, a UHE Itaocara, e a ampliação do Porto do Forno, situados, respectivamente, na região do complexo lagunar Iquipari-Grussaí, no Domínio das Ilhas Fluviais do médio-baixo Paraíba do Sul, e na Reserva Extrativista de Arraial do Cabo. O crescimento desordenado e a ocupação de áreas de preservação permanente também são avaliados nos estudos de caso sobre a Lagoa do Vigário (em Campos dos Goytacazes), na bacia hidrográfica da Lagoa de Imboacica, em Macaé, e no município de Rio das Ostras. Como a proposta do Observatório Ambiental não está

¹ GIDDENS, Anthony. *Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics*. Cambridge: Polity Press, 1994.

limitada somente à construção de diagnósticos e de cenários, ou à detecção de impactos, mas também discute alternativas de sustentabilidade para a região, o Boletim traz, ainda, estudos sobre a produção de mudas com espécies arbóreas nativas do Norte Fluminense, com vistas à recuperação de áreas originalmente cobertas pela Mata Atlântica, bem como estudos sobre o gerenciamento de resíduos sólidos na região polarizada pelo município de Macaé.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Coordenação Editorial